

A.I. Nº - 206977.0201/15-4

AUTUADO - FRIGORÍFICO REGIONAL DO PIEMONTE DA CHAPADA LTDA.

AUTUANTE - MARCO ANTONIO COUTO FERREIRA

ORIGEM - INFAZ JACOBINA

PUBLICAÇÃO - INTERNET - 06/07/2016

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0107-04/16

EMENTA: ICMS. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE BENS PARA O ATIVO IMOBILIZADO. Após revisão do lançamento houve a diminuição do ICMS exigido. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 29/06/2015, exige ICMS no valor histórico de R\$56.648,72, em razão da falta do seu recolhimento decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação e destinadas ao ativo permanente do próprio estabelecimento. Período: março/maio de 2012, agosto e dezembro 2012; julho e dezembro de 2013; agosto e setembro de 2014. Multa de 60%;

A empresa impugna parcialmente o lançamento fiscal (83/87), apresentando os seguintes argumentos:

OCORRÊNCIAS DE 31/02/2012, 30/04/2012 e 31/12/2013 - as NF-es de nºs 12527, 12547, 12564, 15405, 12569, 12571, 12465, 23311 e 12603; 12645, 15731, 12672, 12673, 12794, 15946, 16350, 12974 e 13073; 21082, 21084, 21085, 21087, 21093, 21094, 21095, 21096, 21097, 21099, 21100, 21106, 21107 e 21108, são todas elas de simples remessa, emitidas, exclusivamente, para efeito de transporte, conforme consta no campo “Informação Complementar” dos documentos fiscais, onde estão os números das NF-es originárias. O ICMS DIFAL foi recolhido, conforme Denúncia Espontânea que apensou aos autos.

OCORRÊNCIAS DE 31/08/2012 E 31/07/2013 - devem ser excluídas as aquisições referidas nas NF-es de nºs 1773 e 15692, com base no art. 268, XVI, inc. 7, do RICMS/12 e Convênio ICMS 52/1991 (Cláusula Primeira, I, “a” e itens 21.4 e 28.7 do Anexo I do referido Convênio).

OCORRÊNCIA DE 31/12/2012 - as NF-es de nºs 16610 e 36395 são notas fiscais de simples remessas. Conforme anteriormente dito, nelas constam os números das notas fiscais originárias e o ICMS DIFAL foi recolhido, conforme Denúncia Espontânea ora apresentada.

OCORRÊNCIA DE 31/12/2014 - a NF-e de nº 093 foi de simples remessa. Sua NF-e originária é aquela de nº 050, sendo recolhido o ICMS DIFAL através da Denúncia Espontânea já referida.

Quanto a NF-e nº 15763, não existe diferença de alíquota, em virtude de ter sido recolhido o imposto por substituição tributária, conforme cópia da NF-e que apensou aos autos.

OCORRÊNCIA DE 31/12/2014 - deve ser excluída a NF-e de nº 1493, pois se trata de aquisição de bem com alienação fiduciária, descabendo, assim, o ICMS DIFAL conforme art. 3º, XII da Lei nº 7.014/96.

Pugna pela procedência parcial da autuação.

Em sua informação fiscal (fl. 176) o autuante, após análise das provas e justificativas apresentadas pela empresa, acata parcialmente seus argumentos.

Informa que, equivocadamente, no levantamento realizado incluiu notas fiscais de simples remessas.

No entanto, com base nas disposições do § 4º, do art. 268, do RICMS/12, não acatava o argumento defensivos quanto as NF-es de nºs 5190 de 02/08/2012 (fl.30), 1773 de 10/08/2013 (fl. 31) e 15.692, de 31/07/2013 (fl. 48).

Informa, em seguida, de que a empresa não contestou o lançamento com data de ocorrência de setembro de 2014.

Apresenta o Demonstrativo de Débito, após realizar os cálculos do imposto, conforme consta à fl. 177 dos autos.

Data Ocorr.	Data Venc.	Base Calc	Aliq %	Multa %	Valor Hist.
31/08/2012	09/09/2012	13.061,70	17,00	60	2.240,49
31/07/2013	09/08/2013	33.821,00	17,00	60	5.749,57
30/09/2014	09/10/2014	1.802,88	17,00	60	306,49

Chamado para tomar conhecimento da informação prestada pelo fiscal autuante, o impugnante acusa o seu recebimento (fl. 178), mas não se manifesta.

Consta às fls. 184/187 do presente PAF o pagamento do imposto conforme apurado pelo fiscal autuante, pagamento este parte em espécie e parte parcelada.

VOTO

O Auto de Infração exige ICMS em razão da falta do seu recolhimento em decorrência da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação destinadas ao ativo permanente do próprio estabelecimento.

A empresa traz aos autos três argumentos para desconstituir parcialmente o lançamento fiscal.

No primeiro, aponta todas as NF-e emitidas que foram autuadas, porém eram elas documentos de simples remessas para acompanhar o transporte das mercadorias. Apresenta denúncia espontânea para comprovar que o ICMS DIFAL havia sido recolhido quando da emissão da nota fiscal originária.

O fiscal autuante acolheu integralmente tal argumento, após análise dos documentos fiscais.

O segundo ponto diz respeito a NF-e de nº 1493, pois se tratou de aquisição de bem com alienação fiduciária, descabendo o ICMS DIFAL, conforme art. 3º, XII da Lei nº 7.014/96.

O fiscal acolhe tal argumento e a exclui da autuação.

O terceiro argumento é de que as NF-es de nºs 1773 e 15692, de igual forma, devem ser excluídas da autuação diante das disposições do art. 268, XVI, inc. 7, do RICMS/12 e Convênio ICMS 52/1991 (Cláusula Primeira, I, “a” e itens 21.4 e 28.7 do Anexo I do referido Convênio.

O autuante discorda do impugnante por entender que se tratando de ICMS DIFAL deveriam ser observadas as determinações do § 4º, do art. 268, do RICMS/12. As mantém no lançamento fiscal.

Apresenta novo demonstrativo de débito (fl. 176).

Chamada para tomar ciência da informação fiscal (fl. 178), a empresa não se pronuncia, porém parcela o imposto na forma apresentada pelo autuante (fls. 185/186), significando dizer que concordou com o débito exigido.

Diante desta situação, não existe mais lide a ser discutida.

No mais, ressalto de que a empresa não contestou o ICMS DIFAL exigido nos meses de maio de 2012 e setembro de 2014 (inclusive recolhendo o imposto conforme fl. 180), nem, tampouco, o imposto sobre a NF-e de nº 5190, datada de 02 de agosto de 2012 (fl. 30 dos autos).

Pelo exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração no valor de R\$8.668,57 conforme Demonstrativo de Débito a seguir. Quer o órgão competente desta Secretaria de Fazenda homologue os valores efetivamente recolhidos.

Data Ocorr.	Data Venc.	Valor Hist.	Multa %
31/05/2012	09/06/2012	372,02	60
31/08/2012	09/09/2012	2.240,49	60
31/07/2013	09/08/2013	5.749,57	60
30/09/2014	09/10/2014	306,49	60
TOTAL		8.668,57	

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206977.0201/15-4**, lavrado contra **FRIGORÍFICO REGIONAL DO PIEMONTE DA CHAPADA LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$8.668,57**, acrescido da multa de 60% prevista no art. 42, II, “f” da Lei nº 7014/96, e dos acréscimos legais, devendo o órgão competente desta Secretaria de Fazenda homologar os valores efetivamente recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 29 de junho de 2016

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA - PRESIDENTE

MÔNICA MARIA ROTERS – RELATORA

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - JULGADORA